

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Lopes dos Santos, Kauê

Uma nova pobreza urbana? A financeirização do consumo na periferia de São Paulo
Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 16, núm. 1, mayo, 2014, pp. 153-

167

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951681010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

UMA NOVA POBREZA URBANA?

A FINANCIERIZAÇÃO DO CONSUMO NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

KAUÊ LOPES DOS SANTOS

R E S U M O : *Em tempos de globalização, o capital financeiro tornou-se um aspecto essencial no estudo da pobreza urbana brasileira, uma vez que a expansão da disponibilidade e do acesso ao crédito viabilizou a aquisição de bens eletrônicos modernos por parte daqueles que vivem nas periferias metropolitanas. Em São Paulo, a particularidade desse processo reside no fato de que não houve uma mudança significativa na renda familiar, tampouco nos índices de desemprego da população. Além disso, apesar das fortes mudanças no padrão de consumo nas periferias, seus habitantes continuam vivendo sob situação precária e em bairros marcados pela falta de investimento em infraestruturas e serviços básicos. A partir desses contrastes na vida da população de baixa renda, procuramos entender em que medida o capital financeiro está transformando a pobreza urbana e o espaço periférico.*

P A L A V R A S - C H A V E : *pobreza; capital financeiro; cidade; consumo; periferia.*

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, diversos institutos socioeconômicos demonstram a significativa expansão dos padrões de consumo da população urbana brasileira em todas as classes sociais, inclusive naquelas mais pobres.

Em São Paulo, essa expansão torna-se paradigmática por não ter decorrido de um aumento vigoroso da renda familiar. No caso das classes de menor poder aquisitivo, o crédito formal teria sido o propulsor do processo em questão, tendo se popularizado em meados da década de 1990 – através da atuação das financeiras e das grandes redes varejistas –, possibilitando a presença de bens de alta densidade tecnológica (como computadores conectados à internet e aparelhos de telefone celular) nas moradias localizadas na periferia da cidade.

Dante desse processo, o objetivo principal deste artigo é apresentar os impactos que os novos padrões de consumo operam sobre a pobreza urbana de São Paulo e, mais especificamente, sobre seu espaço periférico nos dias atuais. A partir de nossa dissertação de mestrado, trazemos análises de urbanistas, geógrafos, economistas e sociólogos sobre o tema da pobreza urbana, e também lançamos mão de dados estatísticos oficiais e de entrevistas, realizadas em 2011, com moradores da Brasilândia e do Jardim Ângela – distritos localizados, respectivamente, nas periferias norte e sul da cidade.

O convívio entre o precário e o moderno, uma das características do nosso subdesenvolvimento, torna-se latente sob o teto das casas localizadas nas margens da cidade,

revelando um contraste que deve ser interpretado. Trata-se de uma nova pobreza urbana? Ou, ao contrário, os novos padrões de consumo representam a passagem para um novo patamar socioeconômico? Em que medida o espaço da periferia responde a esses novos padrões de consumo?

A FORMAÇÃO DA PERIFERIA DE SÃO PAULO

O fenômeno da pobreza materializa-se por diferentes espaços, tornando a paisagem fiel testemunha das contradições nas quais as sociedades capitalistas se estruturam, sobretudo nas grandes cidades dos países do Terceiro Mundo. De acordo com Eunice Durham:

A população pobre está em toda parte nas grandes cidades. Habita cortiços e casas de cômodos, apropria-se das zonas deterioradas e subsiste como enclaves nos interstícios dos bairros mais ricos. Mas há um lugar onde se concentra, um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada ‘periferia’” (DURHAM, 2004, p. 382).

Complexo arranjo espacial, antes de tudo, a periferia é o lugar onde estão as moradias da população de baixa renda. Trata-se de “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (KOWARIICK, 1993, p. 35).

Segundo Durham, a formação das periferias urbanas não é um fenômeno novo, nem especificamente brasileiro. Em São Paulo, afirma a autora:

[...] onde a vigorosa expansão urbana data do século XIX e é contemporânea da migração estrangeira, a cidade crescia desordenadamente já havia um século. Entretanto, a partir da década de 1950, o crescimento urbano não só aumenta de intensidade, mas adquire características específicas que distinguem as novas periferias das antigas fímbrias urbanas (DURHAM, 2004, p. 182).

Tem-se que, no âmbito econômico, a cidade já afirmava o seu papel de centralidade desde a década de 1930, quando o país deu fim à hegemonia agrário-exportadora e iniciou sua fase de predominância da economia urbano-industrial, reformulando o pacto de poder das elites junto ao Estado, bem como as normatizações relativas às questões trabalhistas (OLIVEIRA, 2006).

Em meados do século XX, a necessidade da jovem indústria nacional em ampliar a classe de operários e, consequentemente, o exército industrial de reserva – valendo-se da terminologia marxista – operou um maciço êxodo rural para São Paulo. Esse fluxo migratório, composto principalmente por nordestinos, partia de uma idealização acerca das oportunidades diferenciadas de trabalho na indústria, uma vez que a situação no campo estava marcada principalmente pela histórica concentração fundiária, por uma incipiente introdução de tecnologia na produção rural – destinada à exportação –, e também pelo desprezo no avanço das relações trabalhistas, que já havia ganho o espaço urbano (MARICATO, 2001).

Em um panorama geral das migrações no Brasil, pode-se observar uma transição marcante entre as décadas de 1940 e 1980, quando a população urbana passa de 26,3% para 68,8% do total nacional. No final desse período, aproximadamente 40 milhões de pessoas – ou seja, 33,6% da população – haviam migrado do local de origem. Somente entre 1970 e 1980 incorpora-se à população urbana mais de 30 milhões de novos habitantes (SANTOS, 2008).

Essa parcela significativa da população é atraída pela possibilidade de melhoria de vida, idealizando um futuro promissor graças aos relatos de amigos e parentes que foram “tentar a vida” na cidade grande (DURHAM, 2004). Todavia, o desenvolvimento industrial nas cidades dos países de Terceiro Mundo é marcadamente seletivo e origina um montante de trabalho aquém da quantidade de mão de obra que atrai, gerando o exército industrial ou, em outras palavras, uma massa de desempregados.

Portanto, o desenvolvimento econômico-industrial da metrópole paulistana foi acompanhado também pela expansão do desemprego e da pobreza. No âmbito espacial, o poder público – tensionado pelos interesses do capital imobiliário, financeiro e industrial – manteve sua tendência em valorizar as parcelas centrais da cidade, dotando-as de infraestrutura e serviços (FERREIRA, 2007), ao passo que as fímbrias urbanas, esquecidas pelo Estado, tornaram-se o refúgio da população pobre. É nesse contexto que, através do “binômio loteamento clandestino e ônibus urbano, a periferia da cidade de São Paulo se expandiu horizontalmente nas décadas de 40, 50, 60 e 70 [...]” (MARICATO, 2001, p. 3).

Desde meados do século XX, a população de baixa renda – sobretudo de origem migrante – fixa-se na periferia, transformando-a, dentro de suas condições técnicas e financeiras, no sentido de garantir o próprio teto. Segundo Ermínia Maricato, a “autoconstrução parcelada da moradia durante vários anos foi a principal alternativa de habitação para a população migrante se instalar em algumas das principais cidades brasileiras” (MARICATO, 1979, p. 73-74). A mesma autora afirma que:

[...] a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos). [...] chamamos de autoconstrução o processo de construção da casa (própria ou não [não própria no caso de construção em áreas invadidas, favelas principalmente, onde há sempre a possibilidade do despejo]), seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado. (MARICATO, 1979, p. 73-74).

Assim, durante décadas, a pobreza materializou-se no espaço urbano e famílias foram adensando a periferia em loteamentos ilegais, onde a carência de infraestrutura e serviços urbanos – asfaltamento, redes de água, esgoto, luz, telefone, escolas, creches, áreas de lazer, hospitais, postos de saúde etc. – atesta o desinteresse do poder público no ordenamento socioespacial, marcadamente segregado no modelo centro-periferia.

RENDA, TRABALHO E NECESSIDADES BÁSICAS INSATISFEITAS (NBI) NAS MARGENS DA METRÓPOLE

Antes de analisar os novos padrões de consumo da população que habita as periferias de São Paulo, é mister caracterizar as suas condições de vida, sobretudo no que diz respeito aos índices de rendimento, de emprego e de acesso às Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI).

As NBI foram um importante instrumento desenvolvido na década de 1970 para avaliar as condições de pobreza no mundo. Essas necessidades básicas correspondem ao acesso à água, drenagem (saneamento básico), eletricidade, moradia, educação infantil e assistência escolar, tempo livre e também a posse de móveis no lar. Caso alguma dessas necessidades não seja satisfeita, o indivíduo ou a família pode ser considerado pobre. Sabe-se que tais variáveis são as benesses modernas que deveriam, em tese, ser democratizadas pelo Estado de Bem Estar-Social que, no Brasil, nunca se estruturou de maneira eficaz.

No que diz respeito ao rendimento mensal dos moradores da cidade de São Paulo, observa-se uma queda do seu valor nos últimos trinta anos, passando de R\$2.546,00, em 1985, para R\$1.126,00 em 2011. Em uma análise intraurbana, a situação é mais precária nos distritos periféricos das Zonas Norte, Sul e Leste, que apresentam uma maior concentração de domicílios cuja renda é de até três salários mínimos (FUNDAÇÃO SEADE, 2013a).

Em nossas entrevistas realizadas na Brasilândia e no Jardim Ângela, pode-se observar que: 33% dos entrevistados pertencem à classe C (rendimento entre R\$1.064,00 e R\$4.591,00); 27% à classe D (rendimento entre R\$768,00 e R\$1.064,00); e 40% à classe E (com rendimento inferior a R\$768,00)¹.

É fundamental mencionar também que, muitas vezes, o rendimento das famílias mais pobres conta com a injeção de verba de políticas públicas de distribuição de renda – sobretudo o Bolsa Família, implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Social em 2004 –, que possuía um alcance de 35% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo em 2006, segundo a Pesquisa de Condições de Vida (PCV) da Fundação Seade (2006).

No que tange à situação de trabalho, em 2012, 10,2% dos trabalhadores de São Paulo encontravam-se desempregados. No entanto, a metrópole já havia registrado índices piores poucos anos antes, como em 2004, quando a taxa de desemprego marcou 18,1% da população (FUNDAÇÃO SEADE, 2006).

Novamente, é na periferia que se registraram os piores índices. Desde o final da década de 1980, as regiões da cidade que possuíam as maiores taxas de desemprego eram compostas por alguns distritos das extremidades leste e sul, revelando percentuais de 10,5 e 10,3%, respectivamente (FUNDAÇÃO SEADE, 2006). Em 2003, após vinte e três anos, o desemprego aumentou em toda a capital paulista, mas principalmente nessas zonas, que mantiveram os números mais elevados: 23,5% e 21,5%, respectivamente².

Outra dinâmica importante relacionada à situação de trabalho diz respeito à distribuição percentual da população empregada segundo os setores da economia. Os dados estatísticos indicam um aumento no número de pessoas trabalhando no já “inchado” setor terciário: a atividade comercial ocupava 14,9% da população de

¹ Essa classificação de renda é amplamente utilizada em estatísticas socioeconômicas e foi estabelecida pela Fundação Getúlio Vargas (2011). Nela se utilizam os rendimentos familiares obtidos por meio de trabalho, aposentadoria ou benefícios de programas sociais.

² As zonas supracitadas são compostas por alguns dos distritos mais carentes da cidade – Cidade Tiradentes, Itaquera e São Miguel (na Zona Leste); e Capão Redondo, Cidade Ademar, Cidade Dutra, Grajaú, Jardim Ângela, Jardim São Luís, Marsilac, Parelheiros e Pedreira (na Zona Sul).

São Paulo em 1988, percentual que se eleva para 16,7% em 2004; enquanto isso, na atividade de prestação de serviços, o percentual aumentou de 44,5% para 56,4% no mesmo período (FUNDAÇÃO SEADE, 2013b). Esse fato decorre da facilidade de inserção do trabalhador no setor terciário –marcado por sua versatilidade e por abrigar muitas atividades informais –, em detrimento do engessado mercado de trabalho na indústria.

No que diz respeito às NBI na periferia de São Paulo, as entrevistas obtidas na Brasilândia e no Jardim Ângela apontam também uma má avaliação das infraestruturas e dos serviços públicos oferecidos:

- O abastecimento de água foi considerado insatisfatório por 50% dos entrevistados;
- O saneamento básico (esgoto, coleta de lixo e limpeza) por 63%;
- A energia elétrica por 34%;
- O sistema de ensino público (escolas e creches) por 56%;
- O sistema de saúde pública (hospitais e postos de saúde) por 77%;
- O sistema de transporte público (ônibus, trem e metrô) por 67%;
- A segurança pública por 75%; e
- As áreas de lazer (parques e praças) foram consideradas insatisfatórias por 95% dos entrevistados.

É nesse cenário de precariedade e insatisfação que a periferia e, mais especificamente, a moradia que lá está localizada, irá se tornar o *locus* de contradições, já que “divide o teto” com bens de consumo modernos, associados às inovações tecnológicas da globalização. Estaríamos, assim, diante de uma nova pobreza urbana? Trata-se de um novo espaço periférico que se configura? Antes de ensaiar uma resposta a essas questões, torna-se necessário averiguar o processo de expansão e capilarização do mercado de crédito no país: o grande propulsor dos novos hábitos de consumo nas margens da cidade.

A EXPANSÃO DO MERCADO DE CRÉDITO NAS CIDADES BRASILEIRAS

O entendimento da recente expansão do mercado de crédito no Brasil encontra explicação nos conteúdos técnicos e políticos incorporados pelo território nacional, desde as últimas décadas do século XX, com a chegada da chamada globalização sob égide da ideologia neoliberal.

De um lado, as novas tecnologias de telecomunicações (sobretudo via satélite), implementadas em meados da década de 1990, intensificaram a velocidade de circulação do capital. Além disso, as Reformas Financeiras (1964 e 1988) e a estabilização da moeda (com o Plano Real em 1994) também colaboraram na estruturação de uma base normativa estável para a atuação das instituições de crédito (ARROYO, 2006; DIAS 1992).

Para se ter dimensão da expansão do mercado em questão, em face de uma economia mundial cada vez mais financeirizada, as operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) atingiram R\$1.305 bilhões em 2011, valor seis vezes superior ao registrado no ano de 1995, quando as operações atingiram R\$202,6 bilhões, de acordo com o Banco Central do Brasil (2012).

Desde meados da década de 1990, o comportamento do crédito tem sido sus-

tentado pelo desempenho favorável das operações contratadas por pessoas físicas, que movimentaram R\$12,9 bilhões em 1995, passando para R\$651,3 bilhões em 2011, quantia 50 vezes superior quando comparada àquela de dezesseis anos atrás. A procura mais intensa por recursos financeiros esteve relacionada à contratação de linhas de crédito com maiores prazos de pagamento das parcelas, concentrando-se em modalidades vinculadas ao consumo, a exemplo do crediário, do crédito pessoal, dos financiamentos para aquisição de bens e do crédito consignado em folha de pagamento (BCB, 2012).

Dentre o universo de produtos oferecidos, o crédito pessoal – operação realizada principalmente por financeiras e grandes redes de varejo – tornou-se uma das formas mais desburocratizadas de acesso ao dinheiro: tal produto ampliou significativamente seu volume de concessão nos últimos anos, passando de R\$16,3 bilhões, em 2000, para cerca de R\$325 bilhões em 2011 (BCB, 2012). Esse aumento esteve ancorado nas políticas de redução das taxas de juros e tem sido peça chave no processo de expansão do consumo em todo o país.

Conhecendo as necessidades da população de baixa renda – e muitas vezes criando desejos de consumo graças às sofisticadas técnicas publicitárias –, as financeiras e grandes redes de varejo foram as verdadeiras responsáveis pela atual capilarização das finanças nas periferias das grandes cidades brasileiras.

CONSUMO DE ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS NA PERIFERIA PAULISTANA

Em posse de crédito, as famílias de baixo poder aquisitivo “vão às compras” de eletroeletrônicos e eletrodomésticos. O novo conjunto de técnicas da Terceira Revolução Industrial promoveu uma significativa modernização dos bens de consumo duráveis: as sensíveis transformações nos aparelhos de televisão, com relação à qualidade da imagem, bem como aos dispositivos de acesso, controle e interatividade; a substituição do videocassete pelo aparelho de DVD; os novos videogames; o micro-ondas; as geladeiras, fogões e máquinas de lavar, cada vez mais sofisticados e computadorizados; a chegada dos microcomputadores e sua conexão à rede mundial de computadores, a internet, e do aparelho de telefonia móvel, o celular.

No que diz respeito à posse desses bens na periferia de São Paulo, os dados obtidos na pesquisa de campo revelam que: 98% dos entrevistados possui aparelho de televisão, sendo que 48% têm mais de um aparelho em casa. Associado ao televisor, o aparelho de DVD está presente em 97% dos lares, mostrando a difusão da tecnologia de entretenimento que substituiu o videocassete: 64% possuem somente um aparelho, que geralmente é conectado ao televisor da sala.

O aparelho de rádio está presente na casa de 69% dos entrevistados. A incidência não é tão elevada, pois os últimos anos registraram uma difusão do produto, que agora está presente também nos telefones celulares.

A presença do computador nas moradias brasileiras ainda não é das maiores e, nos distritos estudados, ele está presente na casa de 34% dos moradores que, segundo os mesmos, possuem conexão à internet: a maioria dessas conexões à internet ainda é discada, em função dos altos preços cobrados no uso da tec-

nologia da banda larga e pelo fato de que, muitas vezes, essas tecnologias não chegam às periferias

O acesso à internet é significativamente recente e, nas classes populares, muito associado à cultura dos jovens. Por esse motivo, a aquisição do computador não figura entre as prioridades de consumo dos chefes de família. Embora se argumente hoje sobre a importância da internet para a realização de pesquisas escolares, compra de produtos e lazer, a entrada dos computadores nas casas periféricas ainda encontra certa resistência, dando espaço à multiplicação das *lanhouses* (privadas) e dos telecentros (públicos)³.

Já a penetração da telefonia móvel é bastante intensa, correspondendo ao principal meio de generalização do consumo globalizado e tornando-se presente na vida de 81% dos entrevistados, sendo que 55% das moradias possuem mais de um aparelho em uso.

Deve-se atentar ao fato de que, após a diversificação dos planos de celular – pré-pago, pós-pago e planos de controle – e a concorrência entre as operadoras, houve expressiva ampliação do consumo do aparelho. De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (2009), em 1994, o Brasil tinha menos de 1 milhão de telefones móveis, ao passo que catorze anos depois, em 2008, o país registrou a marca de 150,6 milhões de celulares em operação, ocupando o quinto lugar no ranking dos maiores mercados de telefonia móvel do mundo, atrás apenas da China, Índia, Estados Unidos e Rússia.

Geladeira e fogão – a chamada linha branca – estão em quase todas as moradias. Os fogões estão em 97%, já a geladeira figura em 98% das casas. Um aspecto importante revelado por alguns entrevistados diz respeito ao fato de que a AES Eletropaulo – empresa encarregada pelos serviços de eletricidade da cidade – realizou a troca de geladeiras antigas por novas, uma vez que estas consomem menos energia.

Por fim, dois outros equipamentos presentes na maioria das habitações são a máquina de lavar (em 62% das moradias) e o forno de micro-ondas (em 61%). A incidência não é maior pois esses produtos concorrem com o tanque de lavar roupas e com o fogão, que não gastam eletricidade.

Atentando à forma de pagamento de bens eletrodomésticos e eletroeletrônicos na periferia de São Paulo, fica claro a importância da possibilidade de pagamento à prazo na compra dos equipamentos modernos: com exceção dos aparelhos de DVD e telefone celular – que são comparativamente mais baratos –, todos os outros objetos foram comprados parcelados pela maioria dos entrevistados: a televisão por 67%; rádio e micro-ondas por 51%; computador e máquina de lavar por 60%; geladeira por 55%; e fogão por 58%. Não de outra forma, a maior parte dos moradores da Brasilândia e do Jardim Ângela compra seus sofisticados bens de consumo durável por meio do crédito e do crediário.

³ É importante mencionar que os telecentros foram criados com a finalidade de democratizar o acesso à nova tecnologia da internet e promover a inclusão digital nas áreas mais pobres da cidade, já que o domínio dessa tecnologia tem-se mostrado – cada vez mais – demandado no mundo escolar e do trabalho.

A INEVITABILIDADE DO ENDIVIDAMENTO

Segundo Jean Baudrillard,

[...] o sistema do crédito coloca [...] um máximo à irresponsabilidade do homem frente a si mesmo: aquele que compra aliena aquele que paga, trata-se do mesmo homem, mas o sistema pelo seu desnível no tempo, faz com que não se tenha consciência disso (BAUDRILLARD, 1973, p. 171).

O endividamento tornou-se o resultado evidente da expansão do consumo via crédito, aliada à queda dos níveis salariais e ao aumento do desemprego da população. De acordo com a Federação do Comercio de São Paulo (MAIOR, 2013), cerca de 50% das famílias paulistanas estão endividadas.

A população de baixa renda e com alto potencial de endividamento sempre foi um elemento de alerta às instituições de crédito. Segundo a Associação das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (2011), as causas de inadimplência na cidade de São Paulo estão relacionadas, principalmente, ao desemprego e ao descontrole de gastos (consumismo).

O crédito, o crediário e o endividamento são elementos que projetam o evento da compra no tempo e acabam por alienar o futuro das camadas sociais de baixo poder aquisitivo, que agora devem organizar seu orçamento levando em consideração o pagamento de parcelas. Trata-se de uma nova organização da economia familiar, na qual a racionalidade das grandes redes varejistas e financeiras acaba por influenciar o planejamento dos mais pobres, que acumulam em seus cartões das redes varejistas as parcelas da televisão, do aparelho de som, do computador, da geladeira, do fogão e de muitos outros bens adquiridos e pagos em vários meses.

Imersos na lógica temporal do capital financeiro, através do pagamento parcelado de prestações, as classes sociais de menor poder aquisitivo experimentam o consumo de sofisticados bens em suas precárias moradias. Resta então questionar em que medida esses novos hábitos de consumo são capazes de transformar a periferia urbana e nosso entendimento sobre a pobreza urbana em São Paulo.

NOVAS REDES ELÉTRICAS E DE TELEFONIA MÓVEL

A massa de bens eletroeletrônicos e eletrodomésticos que ganha as moradias mais pobres não para de crescer. A sedução da publicidade e do crédito e os incessantes lançamentos gerados pelas indústrias – que programam a obsolescência de seus produtos – fazem com que um fluxo contínuo se estabeleça entre a poderosa economia das grandes empresas que fabricam bens de consumo durável e a numerosa classe popular das cidades brasileiras.

Tendo em vista o funcionamento de milhares de televisões, aparelhos de DVD, rádios, telefones celulares, microcomputadores, geladeiras, fornos de micro-ondas, máquinas de lavar, etc., é importante averiguar como se dá a implementação e modernização das redes de energia elétrica e telecomunicações nas periferias. Será que o novo consumo tem gerado um adensamento de tais redes?

A infraestrutura que recebeu a melhor avaliação por parte dos moradores foi justamente a de energia elétrica, considerada satisfatória por 56% dos entrevistados na Brasilândia e por 76% no Jardim Ângela.

Efetivamente, a privatização da Eletropaulo em 1999 acabou por operar uma transformação na materialidade do espaço urbano nas periferias: seja pela demanda crescente por parte da população, seja pela busca de lucros da empresa AES Eletropaulo, a ampliação da rede de energia elétrica representou a inclusão de 994.781 residências paulistanas entre os anos de 1997 e 2008, sobretudo nos bairros mais pobres da cidade (FUNDAÇÃO SEADE, 2006).

Conforme muitos depoimentos, a AES Eletropaulo tem se esforçado significativamente no sentido de regularizar a distribuição de luz nos lares antes servidos por gambiarras que, por sua vez, ainda persistem na paisagem e figuram como alternativa de energia nas moradias mais recentes e menos estruturadas.

Um estudo de 2004, realizado por Renata Bichir, demonstrava a alta cobertura da rede de energia elétrica nos domicílios mais pobres de São Paulo, em 97,4% (BICHIR, 2004, p. 77). Segundo os dados da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA) [201?], em 2008, a metrópole possuía 3,8 milhões de moradias abastecidas pelo sistema de energia elétrica.

Para além da rede de energia, a presença mais expressiva da rede de telefonia fixa e das torres de transmissão de sinal para celular também é marcante na paisagem periférica. Após a privatização da Telesp Celular em 1998, uma verdadeira popularização do produto ocorreu, sobretudo em função da concorrência entre muitas operadoras de telefonia móvel, como a italiana TIM, a mexicana Claro, a portuguesa Vivo e a brasileira Oi. Nesse contexto, as linhas de telefone pré-pago ganharam espaço e passaram, gradativamente, a tomar o lugar das linhas de telefone fixo em muitas moradias.

Não se deve crer, entretanto, que o interesse das empresas privatizadas – que ampliaram o acesso dos mais pobres às infraestruturas modernas – se assente na busca pela democratização da modernidade, mas sim na lógica da reprodução do capital: a grande economia descobre que os mais pobres também consomem, ampliando assim seu nicho de atuação.

O espaço urbano periférico do século XXI ainda se assemelha àquele de anos atrás. Efetivamente, os imperativos da economia gestaram um novo consumo que demanda, cada vez mais, novas materialidades em todas as áreas onde há consumidores, de modo que a paisagem urbana ganha alguns novos pontos de redes de transmissão de energia e de telecomunicações. Todavia, a falta de saneamento básico e a precariedade na oferta de equipamentos coletivos ainda dão a tônica da urbanização desigual que o território e as pessoas mais pobres vivenciam em São Paulo.

NOVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

O novo padrão de consumo das classes sociais de menor poder aquisitivo também opera transformações na economia praticada nas áreas mais pobres da cidade. O uso e a necessidade de manutenção dos produtos eletroeletrônicos e eletrodomésticos fazem florescer novas atividades por todos os cantos da periferia paulista, como as *lanhouses* – estabelecimento onde a população paga para ter acesso à computadores conectados à internet – e as oficinas de manutenção e conserto de celulares e computadores.

Em 2010, o Comitê Gestor de Internet no Brasil (2010) elaborou um relatório de pesquisa sobre o funcionamento das *lanhouses* espalhadas por cidades de todo o território nacional. De acordo com este relatório, 80% desses estabelecimentos declararam-se como um negócio familiar. Observa-se, muitas vezes, que os proprietários sediam a atividade em suas próprias casas, transformando a sala de estar na sala de computadores: espaço suficiente para o desenvolvimento do negócio.

Além disso, deve-se notar que cerca de metade das *lanhouses* divide espaço com outras atividades complementares – como comércio de informática, assistência técnica

de computadores, gráfica/copiadora, papelaria, locadora, lanchonete e bomboniere –, oferecendo, até mesmo, cursos de informática e garantindo maior receita e fluxo de clientes no estabelecimento.

A busca pelas *lanhouses* se dá, principalmente, pela falta de computador pessoal e internet no domicílio do cliente. Os motivos citados para o uso do estabelecimento foram: jogos de computador, diversão, impressão de documentos, socialização, utilização dos outros serviços oferecidos, infraestrutura melhor que a domiciliar e os cursos oferecidos, revelando o forte impacto que a atividade desempenha nas faixas etárias mais jovens.

Para além das *lanhouses*, que definitivamente marcam a entrada de muitas pessoas na sociedade da informação⁴, observa-se também a multiplicação das oficinas de conserto e reparo voltadas aos novos e sofisticados bens eletrônicos, como aparelhos de celular.

O desenvolvimento desse tipo de atividade responde ao fato de que o acesso ao consumo de bens modernos pelos mais pobres não significa, necessariamente, que estes consomem de forma desenfreada, como se observa nas camadas sociais mais abastadas. Em outras palavras, o sujeito que possui um celular ou um computador quebrado na periferia de São Paulo, prefere – por motivos financeiros – recorrer à manutenção desse objeto em oficinas de assistência técnica ante simplesmente substituí-lo por um novo, indo contracorrente do modelo de obsolescência programada das grandes indústrias.

NOVO LAZER

Estariam os novos padrões de consumo operando alterações nas dinâmicas de tempo livre e lazer das classes sociais de menor poder aquisitivo? Sabe-se que as áreas públicas de lazer – museus, parques, praças e passeios – também se concentram nas regiões centrais e se tornam cada vez mais rarefeitas em direção às áreas periféricas (KOULIOUMBA, 2002).

Conforme já mencionado, quando avaliadas pelos moradores da Brasilândia e do Jardim Ângela, as infraestruturas de lazer são consideradas insatisfatórias pela maioria absoluta dos entrevistados (95%).

No entanto, o caminhar e a observação nas ruas da periferia de São Paulo revelam que, de acordo com a idade, os moradores se divertem em diferentes tipos de atividades: empinar pipa, andar de bicicleta, rodar peão, jogar e assistir futebol, conversar no bar e nas calçadas, acompanhar a novela: são diversas as formas de utilizar o tempo livre nas margens da cidade.

Dentre as principais atividades de lazer mencionadas pelos entrevistados, estão: assistir televisão (27%), navegar na internet (15%), jogar futebol (13%), ir a festas e bares (9%), ir à igreja (8%), ir aos parques e praças (5%), ir ao shopping (4%), visitar familiares (3%), ir ao cinema ou teatro (3%) e jogar videogame (3%). Vale observar que 95% dessas atividades não ocorrem em infraestruturas de lazer oferecidas pelo Estado, confirmando a insatisfação geral com relação à oferta de parques e praças nos distritos analisados.

Tendo em vista a baixa oferta de áreas públicas de lazer e a miríade de atividades empregadas pela população em seu tempo livre – quando não estão trabalhando ou

⁴ Deve-se também fazer referência às políticas públicas municipais que, nos últimos anos, implementaram os telecentros: espaços nos quais a população de baixa renda tem acesso a cursos de informática e internet (para fazer trabalhos e pesquisas escolares e currículos).

estudando –, importa agora ponderar quais foram as principais e recentes mudanças nas dinâmicas de lazer dos entrevistados e seus familiares.

Desse modo, 66% dos moradores garantiram que a internet – utilizada principalmente pelos jovens nas *lanhouses* – é a principal novidade nos hábitos de lazer, seguida pelo baile funk (7%) e pela televisão.

Outra atividade de lazer – se é que pode ser considerada como tal – é o aparelho de telefone celular. Em uma pesquisa desenvolvida por Claudia Bredarioli (2009), verificou-se o uso dado ao celular por jovens de classe C e D na periferia de São Paulo, sendo que a maior parte o utiliza para falar (48 entrevistados) ou, ainda, para enviar torpedos (36), para fotografar (25), para jogar (23), para baixar *ringtones* (9), para ouvir música (8) e para navegar na internet (6).

Tendo em vista as novidades trazidas pelos atuais hábitos de consumo na periferia, importa finalmente, perguntar: estaríamos diante de uma nova pobreza urbana nos tempos da globalização? E de um novo espaço periférico?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA NOVA POBREZA URBANA? UM NOVO ESPAÇO PERIFÉRICO?

A mudança nos padrões de consumo da periferia de São Paulo operaram algumas sensíveis transformações na materialidade do espaço da cidade, bem como nas dinâmicas de lazer, nas pequenas economias urbanas e na organização financeira das famílias.

A globalização, na qual o consumo tornou-se um imperativo (SANTOS, 2000), coloca um impasse social importante: de um lado, a *precariade* na qual vivem os mais pobres deveria convocá-los ao exercício da cidadania, na medida em que precisam se organizar coletivamente e lutar pela melhoria de seus bairros. Por outro lado, a sedutora *modernidade*, para a qual transitam cada vez mais, colocam-nos como consumidores, supostamente elevando seu status social e, por isso mesmo, sendo objeto de valoração.

A constatação da ampliação e sofisticação do consumo gerou uma euforia nacional nos últimos anos, de modo que muito estudos vêm sendo divulgados propagando a ideia de que grande parcela da população brasileira estaria passando por um significativo processo de ascensão social, no qual uma *nova classe média* estaria em formação.

No entanto, por mais que se observe a explosão do consumo, Jessé de Souza explica que: “A denominação ‘nova classe média’ é infeliz, posto que quer dar a impressão que estamos nos tornando aquilo que não somos: uma sociedade em que a classe média é o estrato dominante e os pobres são segmentos marginais. Infelizmente, esse não é o caso” (SOUZA, 2010, p. 7).

O autor continua, afirmando que: “A nova classe dinâmica do capitalismo brasileiro trabalha de 10 a 14 horas por dia, tem dois ou mais empregos, estuda à noite enquanto trabalha de dia e vive para trabalhar e para consumir um pouco daquilo que não podia antes” (SOUZA, 2010, p. 7).

Assim, tendo em vista a supracitada euforia nacional com relação ao consumo nas camadas populares, Milton Santos chama atenção para o fato de que “defender o consumismo pode ser uma hábil manobra política ou uma forma de oportunismo

sofisticado, com o qual provavelmente se pode conquistar o povo e ganhar poder” (SANTOS, 2009, p. 84).

O problema parece estar no fato de que essa euforia mascara – muitas vezes com fins políticos – os problemas que assolam o cotidiano dos pobres no Brasil, já que, como menciona Silvio Caccia Bava, “há um consenso entre os especialistas da área de que a pobreza se mede a partir de consumo privado e das condições de acesso a serviços públicos” (BAVA, 2011, p. 4). Desse modo, crescentemente negligenciado nas pesquisas estatísticas sobre qualidade de vida – que priorizam as variáveis *renda* e *posse de bens* –, o acesso a serviços públicos mantém sua precariedade nas periferias urbanas, ainda funcionando como elemento fundamental da estratificação social.

Os mais pobres se aproximam dos mais ricos através da noção de indivíduo consumidor e livre, noção essa potencializada na atualidade em função da oferta de crédito. Essa nova lógica – causa e consequência da ideologia neoliberal – transforma os pobres e a pobreza

A globalização no Brasil inaugurou o período da internet, da expansão do crédito, da exigência pela conectividade, dos aparelhos de celular, mas também manteve ou intensificou o desemprego estrutural, a flexibilização do trabalho, a falta de saneamento básico, o analfabetismo etc.: as contradições no cotidiano das classes de menor poder aquisitivo se tornam mais evidentes do que nunca e materializam-se na paisagem.

Assim, tem-se que o espaço urbano brasileiro, como em outras cidades do Terceiro Mundo, é aquele que sente os impactos seletivos das modernizações tecnológicas (SANTOS, 2004), e que, ao mesmo tempo, convive com as estruturas precárias herdadas de períodos anteriores.

Uma reflexão sobre o fenômeno supracitado data das primeiras décadas do século XX e ainda possui um vigoroso poder explicativo da realidade, inclusive a brasileira. Tendo como referência o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Leon Trotsky afirma que:

As leis da história nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processo histórico*, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação de fases diferenciadas, amalgama das formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1978, p. 25).

Por mais que se possa questionar a noção de *leis* da história, a reflexão de Trotsky acerca do desenvolvimento dos *países atrasados* permite pensar que a contradição presente nos mesmos é estabelecida em função de demandas externas, que criam necessidades de mudança, necessidades de modernização. Desse modo, esses países se veem obrigados a *avançar aos saltos*, o que produz padrões de desenvolvimento desiguais.

Todavia, essa desigualdade dos processos de desenvolvimento, experimentada pelas diferentes nações do mundo, acaba por resultar em outra *lei*, na qual é possível observar, em um mesmo território, a combinação de formas arcaicas e modernas.

Os espaços dos países de Terceiro Mundo transformam-se em função desse movimento da história e do modo de produção, no qual as contradições criaram formas peculiares de acesso ao mundo moderno.

As transformações no tempo e no espaço são responsáveis também pela ressignificação de conceitos, de modo que a pobreza urbana de hoje não é a mesma que a de décadas atrás. Pierre Salama traz um aspecto significativo para a reflexão, afirmando que “a pobreza conserva os estigmas da sociedade subdesenvolvida e adquire aqueles da sociedade moderna” (SALAMA, 1999, p.183).

O desenvolvimento desigual e combinado, além de ser motor da história, é um aspecto importante para entender o fenômeno da pobreza, sobretudo na contemporaneidade. O imperativo das finanças permitiu a sofisticação dos padrões de consumo das camadas mais pobres das cidades, que experimentam, ao mesmo tempo, a precariedade em seu cotidiano. A pobreza urbana é nova porque possui os conteúdos do atual período da história, e é velha porque ocorre em copresença à falta de serviços e infraestruturas básicos. Sob o mesmo teto, o passado e o futuro caracterizam a contradição que se faz presente.

Assim, tem-se que a globalização e suas novas tecnologias pouco têm alterado a estrutura espacial das periferias, que não passaram a ter melhores condições de saneamento, educação, segurança, transporte, saúde, entre outros.

Observa-se mudanças comportamentais no âmbito das pequenas economias e do lazer nas periferias, de modo que a globalização, ao trazer os pobres para o mundo do crédito, não potencializou sua inserção social como cidadãos, mas sim como consumidores. Portanto, essas mudanças não alteraram o padrão de segregação urbana e as condições de precariedade, mas os escamoteia, talvez reforçando aquilo que já existia.

Kauê Lopes dos Santos é geógrafo pela Universidade de São Paulo (USP); mestre em Habitat pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP; doutorando em Geografia Humana pela USP, Brasil. E-mail: kaugeo@gmail.com.

Artigo recebido em janeiro de 2014 e aprovado para publicação em abril de 2014.

BIBLIOGRAFIA

- AGÊNCIA NACIONAL DE TELEFONIA. *Relatório anual 2009*. Brasília: ANATEL, 2009. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=245429&assuntoPublicacao=Relat%F3rio%20Anual%20da%20Anatel%202009&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=245429.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2013.
- ARROYO, M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino americanos: o papel das finanças. In: _____; LEMOS, A. I. G., SILVEIRA, M. L. (Org.). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 177-190.
- ASSOCIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO – ACREFI. *Cobrança em Debate*: São Paulo: ACREFI, 2011. Disponível em: <www.acrefi.org.br/cobrancaemdebate/apresentacoes/paulo-rabbelo.pps>. Acesso em: 12. jan 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. *Relatório Anual 2012*. Brasília: BCB, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?id=BOLETIMANO&ano=2012>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- BAUDRILLARD, J. *O sistema de objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BAVA, S. Recuperar perdas. *Le monde diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 4, v. 43, fev. 2011.
- BICHIR, R. Determinantes do acesso à infraestrutura urbana no município de São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, p. 75-89, jun. 2009.
- BREDARIOLI, C. Consumo de internet em lan-houses na periferia de São Paulo. In: CO-LÓQUIO BINACIONAL BRASIL-MÉXICO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2, 2009, São Paulo. *Anais do II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação*. São Paulo, 2009.
- COMITÊ GESTOR DE INTERNET BRASIL. *Pesquisa TIC Governo Eletrônico 2010*. São Paulo: CETIC, 2010. Disponível em: <<http://www.cetic.br/tic/egov/2010/>>. Acesso em: 04 maio 2013.

- DIAS, L. C. O sistema financeiro: aceleração dos ritmos econômicos e integração territorial. *Anuário do Instituto de Geociências/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 43-54, 1992.
- DURHAM, E. *A dinâmica cultural*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- FERREIRA, J. S. W. *O mito da cidade global*: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. Unesp; Salvador: Anpur, 2007.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Renda e Bem-Estar*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2011. Disponível em: <<http://cps.fgv.br/node/3999>>. Acesso em 21 mar. 2013.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Pesquisa de Condições de Vida - PCV*. São Paulo: Fundação SEADE, 2006. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/pcv/>>. Acesso em: 18 maio 2013.
- _____. *Perfil Municipal do Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação SEADE, 2013a. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>>. Acesso em: 25 maio 2013.
- _____. *Pesquisa de emprego e desemprego*: Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: Fundação SEADE, 2013b. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/ped/index.php>>. Acesso em: 22 maio 2013.
- KOULIOUMBA, S. *São Paulo: cidade mundial?* Evidências e respostas de uma metrópole em transformação. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MAIOR porcentagem de famílias brasileiras endividadas em Curitiba. São Paulo: Federação do Comércio de São Paulo. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/ImprensaReleaseInternacional/Artigo/5457>>. Acesso em: 20 jul. 2013.
- MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: _____. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. p. 71-94.
- _____. *Brasil, cidades*: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____; PAMPLONA, T. *A penetração dos bens modernos na habitação proletária*: Estudo de caso em Osasco na região da grande São Paulo. São Paulo: FAU/USP, 1977.
- OLIVEIRA, F. *Critica à razão dualista*: o Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SALAMA, P. *Riqueza y pobreza en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- _____. *A pobreza urbana*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. *Município em Mapas*. São Paulo: PMSP, [201?]. Disponível em: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/mm/panorama/>>. Acesso em: 07 dez. 2013.
- SOUZA, J. Uma nova classe social. *Le monde diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 4, v. 40, nov. 2010.
- TROTSKY, L. *A História da revolução russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

A B S T R A C T : *In the Globalization Era, the financial capital has become an essential aspect to explain the Brazilian urban poverty, once the increasing availability and access to credit have allowed the acquisition of modern electronic by those who live in the metropolitan periphery. In São Paulo City, the particularity of this process lies in the fact that there have been no much change in the familial income neither in the unemployment rate. Despite the consumption standard changing in peripheries, people still live under pre-*

carious situation at neighborhoods that lack investment in their basics infrastructures and services. Given these contrasts in the lives of low-income population, we aim to understand to what extent financial capital is transforming urban poverty and the peripheral space.

K E Y W O R D S : *poverty; financial capital; city; consumption; periphery.*